

JORNAL DA ABES-RS

Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Seção RS - ano 1 - número 8 - Porto Alegre, maio de 2010

RESÍDUOS SÓLIDOS

Norma ajudará pequenos municípios a se livrarem dos lixões

A norma anterior valia tanto para São Paulo, a quarta maior cidade do mundo, quanto para Borá (SP), o menor município brasileiro

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) acaba de encaminhar para publicação o texto da norma brasileira para aterro sanitário de pequeno porte (ASPP), que permitirá soluções seguras, eficientes e de baixo custo para substituir os atuais lixões em pequenos municípios. A comissão de estudos que examinou as propostas para a criação da norma foi constituída pela ABNT por solicitação do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério das Cidades, apoiados pela Fundação Nacional da Saúde (Funasa). O texto coletivo foi concluído em março deste ano, após 16 meses de trabalho, com a participação do engenheiro do DMLU Geraldo Antônio Reichert, diretor da Abes-RS. Para o coordenador do grupo, urbanista Tarcísio de Paula Pinto, a nova norma respaldará um avanço já feito pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que na Resolução 404/2008 introduziu a figura dos aterros sanitários de pequeno porte e simplificou o seu licenciamento.



Tarcísio de Paula Pinto

O que é ASPP?

Tarcísio de Paula Pinto – É uma figura nova enquanto assunto normatizado, mas, na prática, já se exercitava a sua implantação em diversos municípios pequenos, buscando-se instalações mais simplificadas, adequadas à proteção ambiental. Há experiências significativas em São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e outros estados. As unidades estão limitadas

ao recebimento de 20 toneladas diárias, podendo abrigar os resíduos sólidos urbanos não perigosos provenientes de domicílios, limpeza urbana e resíduos assemelhados.

Por que o Brasil precisa dessa norma?

TPP – É notória a dificuldade dos municípios brasileiros para a destinação adequada dos seus resíduos sólidos. Pelos dados da última Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (2000), 64% deles conviviam com lixões, e este quadro é muito mais grave nos municípios de menor porte, que são 83% do total. A primeira dificuldade é na gestão e, para isso, a entrada em vigor das recentes Lei de Saneamento Básico e Lei de Consórcios Públicos contribuirá, e muito, para a melhora do quadro nacional. No entanto, a mesma evolução não vinha acontecendo no quadro normativo. A norma técnica que tínhamos era a referência única tanto para São Paulo, quarta maior cidade do mundo, quanto para Borá (SP), o menor município brasileiro, com 800 habitantes. É como se a miniaturização da solução complexa para São Paulo fosse válida para qualquer pequeno município.

Qual foi a consequência disso?

TPP – São inúmeros os exemplos de municípios que, “tentando fazer a coisa certa”, convivem com instalações inúteis: sistemas de drenagem de lixiviados e gases que nunca operaram, pela inadequação da solução técnica. A impossibilidade de um único instrumento normativo contemplar realidades tão distintas foi, de certa forma, compensada nesta norma de 1997 pela introdução de notas flexibilizadoras que, sendo genéricas, raramente foram utilizadas no projeto e licenciamento de empreendimentos em municípios de pequeno porte.

Que aspectos foram abordados?

TPP – Considerando o conceito básico de que, no aterramento de resíduos, o maior potencial de impactos ambientais é decorrente da junção de quesitos como grande presença de resíduos orgânicos, baixa impermeabilidade do solo de base, elevado excedente hídrico e pequena profundidade do freático, a norma introduziu parâmetros para que, diante da diversidade continental brasileira, estes aspectos possam ser considerados tanto no projeto de engenharia quanto na análise para licen-



Foto: ONG ViverCidades

Cenas como esta ficarão cada vez mais raras com a aplicação da nova norma

ciamento. Com isso, para os aterros sanitários de pequeno porte, os elementos de proteção ambiental passam a ser introduzidos quando realmente haja a possibilidade de impacto.

O que a norma possibilitará?

TPP – A norma possibilitará que os profissionais definam as melhores soluções para regiões brasileiras como as que têm lençol freático a enormes profundidades

e regime pluviométrico sistematicamente geradores de déficit hídrico, e para aquelas em que os resíduos, por diversos fatores, inclusive culturais, chegam aos aterros com presença de resíduos orgânicos inferior a 20%. Agora o desafio será adequar as instalações aos determinantes físicos locais. E, com isso, superar o período de produção de projetos custosos que não dialogam com as exigências ambientais locais.

Abes-RS cria primeira subseção no interior

A subseção Região da Serra da Abes-RS foi criada pela assembleia estadual extraordinária, no dia 29 de abril, em Bento Gonçalves, durante a realização da Feira Internacional de Tecnologia para o Meio Ambiente (Fiema). Ao apresentar o tema, a presidente Nanci Beghini Giugno ressaltou que a abertura de seções no interior do Estado é um anseio da diretoria desde a montagem de sua proposta de trabalho.

Em seguida, o diretor de relacionamento com os associados, Darci Campani, fez uma breve apresentação dos motivos que originaram a proposta: maior proximidade com os sócios do interior, possibilidade de atendê-los com maior especificidade nos temas de seu interesse e maior visibilidade para agregar novos sócios e novos colaboradores. Na ocasião, foram indicados os componentes do grupo coordenador, que fez sua primeira reunião no dia 10 de maio, na Universidade de Caxias do Sul.

As funções ficaram assim definidas: coordenador, Edson Charles Rippel; coordenadora adjunta, Fernanda Santos Pescador; secretária, Joice Cagliari; secretária adjunta, Maria do Carmo Suits Ekman. A subseção



Presidente da Abes-RS conduz a assembleia

abrange os 34 municípios da Associação dos Municípios da Encosta Superior do Nordeste, com possibilidade de incluir municípios limites pertencentes à Associação dos Municípios dos Campos de Cima da Serra. Na primeira reunião foram discutidas formas de programar ações práticas, como verificar a possibilidade de organizar cursos ou treinamentos e viabilizar a inclusão da subseção e sua região de abrangência no programa do 26º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, a realizar-se em setembro do ano que vem, em Porto Alegre.

Preparativos para Debates Internacionais

Aproveitando a presença em Porto Alegre do especialista ambiental Olivier Decherf, diretor geral da Enviroconsult, da França, a Abes-RS promoveu uma reunião-almoço, dia 5 de abril, no Restaurante Panorama da Pucrs. O tema da palestra de Decherf foi “Mudanças climáticas, qualidade do ar e questões relativas”. Ele é diretor do projeto pioneiro que prevê a elaboração e implementação, em 16 meses, do Plano Integrado de Clima, Ar e Energia em todo o Estado. Decherf será um dos palestrantes dos Debates Internacionais sobre Energia, Qualidade do Ar e Mudanças Climáticas, a realizar-se de 11 a 13 agosto, na Fiergs. O evento é uma promoção da Abes-RS com o apoio da Corsan e da Sema.

Também compareceram ao almoço: Léo Genin, coordenador do projeto na França; Charlotte Raymond, coordenadora do projeto no Brasil; Mario Saffer, diretor da Engebio, consultor do plano no Estado e que integra a equipe co-responsável pela coordenação.

A presidente da Abes-RS, Nanci Beghini Giugno, destacou a presença de Eduardo Carvalho, diretor técnico da Corsan;

Flavio Wiegand, diretor técnico da Fepam; Ana Cruzat, secretária executiva do Fórum Gaúcho de Mudanças Climáticas; Soraia Zanchi, representante da Câmara de Comércio e Indústria Brasil e Alemanha; Rita Clarice Tissot, representando a Tractebel Energia; Eduardo Neto, coordenador de Climatologia da Ulbra; Carlos Tietboehl, da Sociedade de Pneumologia do RS; e Isaac Zilberman, da Associação Interamericana de Engenharia Sanitária e Ambiental (Aidis).



Olivier Decherf e Charlotte Raymond

PALAVRA

Valorizar a experiência e renovar a participação fazem parte do processo de fortalecimento da Associação.

Todos os sócios que detêm a história da Abes-RS, conhecendo os meandros de sua existência, são agentes fundamentais para garantir a ancoragem e a coerência de nossas ações. Por outro lado, abrir espaço para que novas lideranças desponham entre os associados permite rever procedimentos, agregar críticas construtivas e inovar em atitudes.

Este é o compromisso assumido pela atual gestão, que terá sua avaliação através dos resultados alcançados.

AGENDA

Programação no site www.abes-rs.org.br

VII Simpósio Internacional de Qualidade Ambiental

17 a 19/05/2010 – Pucrs – Porto Alegre
Tema central: “Inovação Tecnológica e Gerenciamento Ambiental”

3º encontro - Ciclo de Palestras

17/6/2010 - Abes-RS/Senge-RS
"Medição de água e o controle de perdas"

3º encontro - Ciclo de Debates

23/06/2010 - Abes-RS/FGV
"COP 15 - Colapso climático iminente: verdade ou ficção?"

1º encontro - Ciclo de Inovações

30/06/2010 - Abes-RS/Sergs
Experiências em Responsabilidade Ambiental

Construindo Profissionais do Futuro

26 a 30/07/2010 - Abes-RS
Imersão em gestão ambiental - vivências técnicas. Tutoria técnica por profissionais do saneamento ambiental

PUBLICAÇÃO

A Câmara Técnica de Saúde Pública da Abes-SP (CTSP) lançou sua primeira revista com o tema central “subsídios para a legislação nacional de água para consumo humano”. O grupo de trabalho da Abes-RS que trata da revisão da Portaria 518/04 contribuiu na publicação no que se refere aos capítulos: II – Das Disposições Preliminares e III – Dos Deveres e das Responsabilidades.

OPINIÃO

"Parabéns pelo jornal, muito interessante e conciso. Mais uma iniciativa bem-sucedida da Abes-RS!"
Maria de Lourdes Abruzzi de Oliveira, diretora do Museu de Ciências Naturais (FZBR)

FUNDO EDITORIAL



mais de 200 títulos

20% de desconto para sócios

EXPEDIENTE



Av. Júlio de Castilhos, 440, sala 42
+55(51)3212-1375
abes-rs@abes-rs.org.br
www.abes-rs.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL:

Nanci Beghini Giugno - Presidente da Abes-RS
COORDENAÇÃO: Alberto Jacobsen
EDIÇÃO: Ademar Vargas de Freitas
PESQUISA: Suelena Josino
DIAGRAMAÇÃO: Alberto Jacobsen

CICLO DE DEBATES 2010

Cop 15 - Desfiguração da Legislação Ambiental

A Abes-RS promoveu no dia 12 de maio, no auditório da Fundação Getúlio Vargas, o segundo encontro do Ciclo de Debates 2010 “Repensando o Desenvolvimento frente ao Encontro de Copenhague”. Desta vez houve dois palestrantes, o consultor técnico da Farsul, Ivo Lessa Silveira Filho, e o vereador e consultor ambiental, Beto Moesch, que tiveram como provocador o promotor do Ministério Público Estadual, Júlio Alfredo de Almeida. “Cop 15 – Desfiguração da Legislação Ambiental” foi o tema do encontro assistido por cerca de 50 pessoas, entre profissionais e estudantes, recebidos com um café da manhã.

O próximo encontro será no dia 23 de junho, com o tema “Cop 15 – Colapso iminente: verdade ou ficção?”. Inscrições gratuitas pelo e-mail abes-rs@abes-rs.org.br ou pelo telefone (51) 3212-1375.



Tema mobiliza participantes

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO 2010

Instrutores do Inpe qualificam o curso



A Abes-RS e o Senge-RS promoveram, de 4 a 5 de maio, o curso sobre geotecnologias para desastres naturais, tendo como instrutores Tânia Maria Susen, Manoel de Araújo Souza Júnior, Anderson Sphor Nedel e Sílvia Midori Saito, todos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

O curso contou com a participação de estudantes e de profissionais também qualificados no assunto, agregando conhecimentos aplicados à realidades específicas.

CONSTRUINDO PROFISSIONAIS DO FUTURO

Oportunidade para estudantes de graduação

Em iniciativa inovadora, a Abes-RS está lançando o programa Construindo Profissionais do Futuro, de imersão em gestão ambiental. O Programa contempla palestras e visitas orientadas a indústrias, laboratórios e companhias de saneamento, tendo como foco a área ambiental. Poderão candidatar-se estudantes do último ano de graduação interessados em ampliar seus conhecimentos em saneamento e meio ambiente.

O programa inicial será apresentado durante o VII Simpósio Internacional de Qualidade Ambiental. Serão oferecidas 40 vagas, e o programa se desenvolverá no período de 26 a 30 de julho. A partir de 24 de maio, os candidatos poderão acessar o site da Associação e fazer a inscrição.

São parceiros do programa: AGCO, Ambev, Celulose Riograndense, Gerdau, Sítel/Corsan, Solae e Souza Cruz.

ARTIGO

Deslizamentos x ocupação de encostas

Geólogo Vítório Orlandi Filho

Os recentes desastres ocorridos no Brasil clamam por políticas públicas adequadas ao uso e ocupação das encostas: áreas sujeitas a deslizamentos podem ser previamente identificadas e cartografadas, evitando-se as ocupações de risco.

Os deslizamentos ocorridos recentemente no Rio de Janeiro, Niterói, Petrópolis, Angra dos Reis, Salvador e, em 2008, em Luiz Alves (SC), atestam que o Brasil é vulnerável a este tipo de desastre natural, em especial na região Sudeste, devido principalmente à presença de uma morfologia movimentada e declivosa, característica do complexo granítico-migmatítico que compõe a Serra do Mar, associada a condições climáticas especiais.

A região Sudeste é umas das mais populosas e na área litorânea da Serra do Mar localiza-se grande parte das maiores cidades brasileiras. Assim, a conjugação de uma topografia declivosa com solos espessos, ocupada de maneira desordenada e acrescida de chuvas fortes constitui o cenário ideal para desastres de grandes proporções.

Muito se tem culpado a população de baixa renda por ocupar desordenadamente as áreas de risco. Mas as pessoas ali constroem as suas casas não por opção, mas por falta de alternativas. Normalmente, são ocupações inadequadas e irregulares, invasões, que ao longo do tempo tornam-se permanentes e regularizadas. Desta forma, as encostas são progressivamente ocupadas sem critério técnico de segurança, seja em áreas estáveis ou instáveis.

As explicações das autoridades estaduais e municipais do Rio de Janeiro e de Niterói são, no mínimo, um atentado à inteligência de quem trata com este tipo de problema ambiental. Segundo elas, os deslizamentos são fenômenos naturais imprevisíveis, ocasionados por chuvas torrenciais também imprevisíveis, excepcionais, que nem os melhores institutos de meteorologia conseguem prever.

Apenas para lembrarmos, o Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (Inpe-SP) alertou para os temporais que poderiam se abater sobre Niterói em abril. E moradores do Morro do Bumba, de Niterói, sabiam da existência do lixão na encosta ocupada e dos pequenos mas constantes deslizamentos que ocorriam esporadicamente. Eles temiam pelo desastre que acabou acontecendo. Como as autoridades puderam ignorar o perigo, permitindo o assentamento de comunidades sobre um lixão localizado em encosta de morro?

Como técnicos, não podemos deixar de registrar indignação. Sabemos há muito tempo que o Brasil tem profissionais capacitados a elaborar cartas geotécnicas e cartas de risco geológico, que permitem mapear e classificar as áreas de risco geológico. Apenas a aplicação desses instrumentos não garante a ocupação adequada de áreas de encosta, mas dá embasamento técnico para que isso ocorra. Deve vir acompanhada de políticas públicas de uso e ocupação do solo. Também é certo que as cartas não têm força de lei, o que é um problema para a remoção de pessoas tanto em áreas com ocupação regular quanto irregular.

Entretanto, apesar destes desastres serem relativamente frequentes no Brasil, as ações preventivas são ainda pequenas, pontuais e normalmente corretivas: espera-se ocorrer o desastre para, então, a defesa civil e a sociedade mobilizarem-se e atenderem as comunidades atingidas. Apenas alguns estados e municípios têm entidades especializadas para elaborar estudos de áreas de risco em encosta, e esses estudos, quando realizados, dificilmente saem do papel.

Mais de 600 pessoas participam do VII SIQA



A Abes-RS dá boas-vindas aos participantes do VII Simpósio Internacional de Qualidade Ambiental, que se realiza de 17 a 19 de maio no

centro de eventos da Pucrs, com o tema “Inovação tecnológica e gerenciamento ambiental”. São conferências, painéis, palestras técnicas, apresentação de trabalhos técnicos, jornada de comunicação, simpósio virtual e exposição de pôsteres, que permitirão conhecer, debater, refletir e apresentar propostas sobre temática, tão atual e tão difícil de enfrentar.

Estima-se que mais de 600 pessoas – com maior ou menor especialização, de diferentes formações, instituições e realidades – trocarão experiências, visões e conhecimentos, o que pode resultar em estratégias de encaminhamento na busca de soluções de sustentabilidade.

Durante a realização do simpósio, serão oferecidos os prêmios Gestão Integrada ao Meio Ambiente (Refap) e Responsabilidade Ambiental (Corsan).

Oficina de Recursos Hídricos

A Câmara Técnica de Gerção de Recursos Hídricos da Abes-RS, coordenada por Patrick Leigneau, organiza para o dia 31 de maio, em Porto Alegre, oficina para pensar sobre o futuro do sistema gaúcho de recursos hídricos. Estão previstas palestras e debates, objetivando a geração de diretrizes que a diretoria da Abes-RS poderá apresentar aos candidatos a governador.

Semana Estadual do Meio Ambiente

A Sema prepara a programação da Semana Estadual do Meio Ambiente de 2010, para o período de 5 a 12 de junho. Contará com a participação de municípios de todo o RS: prefeituras, secretarias municipais, autarquias, comitês, clubes, instituições de ensino, ONGs etc. Com o tema Plante Árvores, Cultive Vidas, estão previstas inúmeras atividades: plantio de árvores, exposições, feiras, palestras, seminários, teatro, filmes, caminhadas e passeios ciclísticos, mutirões de limpeza de rios, trilhas, oficinas, gincanas e passeios de barco.

Os municípios e entidades participantes terão seus principais eventos divulgados no folder que será disponibilizado pela Sema. A programação completa poderá ser consultada no site www.sema.rs.gov.br

Museu das Águas

O Comitê Multidisciplinar de Planejamento Urbanístico da Orla do Guaíba acaba de criar um livro virtual como forma de divulgar o projeto de criação do Museu das Águas de Porto Alegre, destinado a tornar-se um centro de referência para a conscientização das questões relacionadas à proteção das águas e à mobilização dos cidadãos. O museu deverá constituir-se de três eixos dinamicamente interligados e integrados: educativo, histórico e artístico. Veja mais no site da Abes-RS.

Novos sócios

Estes são os novos sócios:

Jean Marcel Teixeira, Daiene da Silva Gomes, Jaqueline Meggy Copetti, Alice Leal Azevedo Correa Ferlin, Guilherme Siqueira Penna, Paulo Cesar Munhoz de Oliveira, Guilherme Augusto Araújo Duarte, Camila Dalla Porta Mattiuzzi, Aline Pimentel Gomes, Juliano Amodeo Boese, Marina Habkost Schuh, Fabio Munch Correa, Brucelinda Ascensão de Melo Veiga, Karolina Turcato, Cláudia Russo da Silva, Erick de Melo Maciel, Leticia Grutka, Sofia Helena Zanella Carra, Cláudia Fernanda Lemons e Silva, Marcos Vinícius Godecke.

APOIO

